

# Arthasastra e O Príncipe

## Uma análise comparativa das obras

Carla Alexandra Lima Pereira

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

[alexandralima356@sapo.pt](mailto:alexandralima356@sapo.pt)

**Resumo** A nossa proposta para a comunicação é uma análise comparativa entre duas obras, separadas temporalmente por cerca de quinze séculos, redigidas em continentes diferentes e para dirigentes específicos. A obra mais antiga é *Arthasastra*, da autoria de Kautilya, do último quartel do século IV a.C., composta na conjuntura espacial do subcontinente indiano.<sup>36</sup> A outra obra é *O Príncipe*, redigida por Nicolau Maquiavel, e publicada em 1513, nas terras de Itália.<sup>37</sup> Tenta-se perceber, apesar das diferentes cronologias e geografias, se preocupações similares subsistiram, se a política foi percebida da mesma forma, por Kautilya e Maquiavel.

A nossa análise começará com uma breve apresentação da conjuntura da época de cada obra, com referência aos dirigentes na Índia e em Florença, e aos autores das obras em estudo, sem esquecer a intencionalidade das obras. Numa segunda parte efetuar-se-á uma análise de cada obra, com uma reflexão de possíveis problemáticas associadas, uma anotação da estrutura de cada uma, e com um estudo do ponto de vista temático, sem esquecer o modelo ideal que cada autor delineou para o governante. Numa terceira parte, iremos constatar qual foi a aceitação das obras nas suas épocas respetivas e suas implicações.

**Abstract** Our proposal for the communication is a comparative analysis between two works, separated temporarily for about fifteen centuries, written in different continents and to very specific governors. The more ancient work is *Arthasastra*, of Kautilya, from the last quarter of the fourth century B.C., composed in the territory of Indian subcontinent.<sup>38</sup> The other work is *The Prince*, written by Nicolau Maquiavel, and published in 1513, in Italy.<sup>39</sup> It is trying to understand, despite the different chronologies and geographies, if similar concerns subsist, if the policy was perceived in the same way, by Kautilya and Maquiavel.

Our analyses will start with a brief presentation of the period juncture of each work, referring the governors in India and Florence, and the studying work authors, without forgetting the work intentions. In a second part it will be performed an analysis of each work, with a reflection about possible associated problematics, a structured note of each one, and with a study from the thematic point of view, without forgetting the ideal model that each author outlined for the governor. In a third part, we will find which was the respective times work acceptance and its implications.

---

<sup>36</sup> Cf. KAUTILYA, *Arthasastra*, tradução de Gérard Chaliand & François Richard, Paris, Éditions du Félin, 1998, pp. 11-12.

<sup>37</sup> Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, 8ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1997.

<sup>38</sup> Cf. KAUTILYA, *Arthasastra*, translation of Gérard Chaliand & François Richard, Paris, Éditions du Félin, 1998, pp. 11-12.

<sup>39</sup> Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, 8ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1997.

## UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS OBRAS

O nosso trabalho é uma abordagem comparativa entre duas obras, o *Arthasastra* ou ciência política, uma obra da autoria de Kautilya, do último quartel do século IV a.C., composta na conjuntura espacial do subcontinente indiano, e a outra obra é *O Príncipe*, redigida por Nicolau Maquiavel, em 1513, nas terras de Itália.<sup>40</sup> Apesar destas duas obras serem o objeto do nosso estudo, não deixaremos de complementar o trabalho com estudos historiográficos que nos ajudarão a obter uma visão mais abrangente de cada peça, no seu tempo.

A nossa análise está dividida em três partes. Iniciamos com o estudo das conjunturas inerentes a cada obra, passando pelo estudo de cada uma delas, e acabando pela constatação da aceitação de cada obra no seu tempo. Também queremos perceber, se em diferentes cronologias e geografias, preocupações similares subsistiram. Se a política foi percecionada da mesma forma por Kautilya e Maquiavel.

### CONJUNTURAS INERENTES À ÉPOCA DE CADA OBRA

A análise deste ponto reporta-se à conjuntura inerente a cada obra, com os seus dirigentes, e um apontamento sobre a datação e autoria das obras, sem esquecer o propósito das obras, antes de prosseguirmos para a carreira dos seus autores.

Seguindo a linha do pensamento filosófico da Índia antiga, são conhecidos dois períodos de excepcional fertilidade: o período védico e o período dito épico.<sup>41</sup> Foi durante a época dita épica, (desde o século VII/VI a.C.

---

<sup>40</sup> Cf. KAUTILYA, *Arthasastra*, tradução de Gérard Chaliand & François Richard, Paris, Éditions du Félin, 1998, pp. 11-12. Usaremos ao longo da nossa análise a denominação francesa da obra, ou seja, *Arthasastra*, por questões de coerência, mesmo com a evocação a estudos de língua inglesa. Todavia, na versão inglesa a obra é denominada *Arthashastra*. Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, 8ª ed., Lisboa, Guimaraes Editores, 1997.

<sup>41</sup> O período védico (desde o século XV a.C. ao século VII a.C.) abrangeu algum tempo precedente às incursões dos Indo-europeus no Norte da Índia, as próprias incursões e a apresentação dos *Veda* e dos *Upanishad*. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 11. O *Veda* significa «Saber» ou «Revelação», e apresentou-se inicialmente como Palavra Sagrada. Do ponto de vista filosófico-religioso reflete as concepções religiosas dos arianos ou Indo-europeus, os primeiros conquistadores do subcontinente indiano, assim como as concepções desenvolvidas na planície indo-gangética no tempo seguinte. O *Veda* divide-se em quatro categorias de textos, com uma ordem cronológica, mas por vezes com sobreposição. Na primeira categoria

ao século III d.C.) que correspondeu à aparição de duas correntes religiosas, a budista e a jainista e de obras monumentais como o *Mahâbhârata* e o *Râmâyana*, que surgiu o *Arthasastra*, no âmbito dos tratados filosóficos e éticos sobre a conduta da vida.<sup>42</sup>

---

temos os *samhitâ* ou «colectâneas», que se formaram entre os séculos XV e X a.C., e são quatro: o *Rg-Veda* ou «Veda das estrofes»; o *Yajur-Veda* ou «Veda das fórmulas sacrificiais»; o *Sâma-Veda* ou «Veda das melodias sacrificiais»; e o *Atharva-Veda*, com encantamentos e fórmulas mágicas. A segunda categoria é composta pelos *Brâhmana* ou «Glosas Bramânicas», escritos em prosa, com descrição dos tipos de sacrifício e explicação do mecanismo retributivo. A categoria seguinte é dos *Âranyaka* ou «Textos da Floresta», “porque os elementos de magia que neles se contêm tornariam o respetivo estudo «perigoso» no seio do espaço civilizado das cidades e das aldeias.” A quarta categoria é das *Upanisad*, (por volta dos séculos IX e IV a.C.) considerado como “um sistema de correspondências termo a termo entre as componentes da pessoa humana, os elementos do sacrifício e as estruturas do universo físico.” O *Veda* é atualmente o primeiro *corpus* de textos do hinduísmo, uma religião que se baseia em vários *corpus* de textos, considerados como emanados, “do absoluto divino que se comunica livremente ao homem.” Cf. HULIN Michel & Lakshmi Kapani, «O Hinduísmo», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 339-340.

<sup>42</sup> Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, pp. 11-12. O *Mahâbhârata* e o *Râmâyana* são duas epopeias da Índia, e fazem parte do segundo *corpus* de textos do hinduísmo denominado *Smrti* ou «Tradição Confiada à Memória». As epopeias expõem o *dharma* (ou ordem universal) e os seus problemas, “através de uma grande diversidade de situações humanas e em que contêm igualmente (sobretudo o *Mahâbhârata*) numerosas passagens que expõem diretamente certos ensinamentos religiosos.” Cf. HULIN, Michel & Lakshmi Kapani, «O Hinduísmo»..., pp. 340-341. Na perspectiva de Jean-Noël Robert, “o budismo é a mais inapreensível das religiões universais.” Uma religião sem língua sagrada comum, sem uma autoridade geral, sem dogmas claramente formulados e obrigatórios, e a sua forma de implantação difere de um país para outro. Porém, é assente que o fundador foi Buda Śākyamuni, cujo nome inicial era Gautama Siddhârta («No objectivo realizado»), e terá vivido por volta de 566 a 486 a.C. A palavra buda significa «despertado», «desabrochado», é “aquele que percorreu plenamente uma carreira balizada desde uma imemorial antiguidade, cujas «oito etapas» são os principais pontos de referência.” Siddhârta compreendeu a natureza do mundo e a forma como se libertar dele. O objetivo desta prática religiosa e da reflexão filosófica era a libertação (*vimoksa*) de um ciclo, do qual o ser humano era prisioneiro, por causa dos atos (*karma*) de que era responsável, bons ou maus e que orientavam os seus renascimentos. Pois acreditavam na existência, como um mero episódio de uma série (*samsâra*) de nascimentos e mortes, quase eterno. Concebia-se a libertação como uma reunião do Eu individual (*âtman*) e do Princípio absoluto (*brahman*). Buda acreditava na existência de uma ordem que sustentava o mundo a todos os graus, o *dharma*. O *dharma* é considerado em simultâneo, a realidade em si mesma, o discurso sobre a realidade, “os elementos da realidade fenoménica a superar e o comportamento a seguir para atingir essa superação.” Buda aceitava igualmente a representação dos mundos humanos e divinos da cosmogonia indiana, mas sem a revelação védica. Cf. ROBERT, Jean-Noël «O Budismo: História e Fundamentos», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 429-430, 432-433, 436-438.

O jainismo ou jinismo é uma religião que se estabeleceu em solo indiano, com um fundador chamado Jina ou «Vencedor (do mundo)». Este mesmo Jina era também chamado de Mahāvira ou «Grande Herói», que viveu por volta de 540 a 470 a.C. Um contemporâneo de Buda, com uma vivência de luxo e prazeres similar a este, e tal como ele abandonou tudo e tornou-se “um mendigo religioso errante”. Pensa-se que os dois mestres nunca se encontraram apesar de ambos terem pregado no Bihar, na região entre o curso inferior do Ganges e os Himalaias, mais precisamente. O Jina apenas sistematizou um ensino já conhecido, e é apresentado como o último de vinte e quatro *tîrthamkara*, ou «fazedores de vau». Os fundamentos da doutrina estão redigidos numa coleção de textos sagrados, o Cânone jaina, como uma

Quanto à datação da obra, não há certezas, o arco temporal varia entre o século IV a.C. e o século IV d.C. Nos dias de hoje, aceita-se a formulação da obra em torno do primeiro século, ou seja, uma obra com cerca de dois mil anos.<sup>43</sup> Porém, Boesche refere que esta obra terá sido escrita por volta de 300 a.C.<sup>44</sup>

Tradicionalmente considera-se este tratado como tendo sido obra de Kautilya, o ministro e conselheiro do primeiro imperador da dinastia Maurya, Chandragupta, que reinou no último quartel do século IV a.C., um contemporâneo de Alexandre Magno.<sup>45</sup> Segundo Murphey, o texto do *Arthasastra* que chegou aos nossos dias terá sido composto por várias figuras ao longo dos séculos após o tempo de Kautilya, mesmo tendo sido este o autor do original perdido.<sup>46</sup> Ao escrever o *Arthasastra*, Kautilya teria como objetivo, mostrar a um rei sensato, como derrotar os seus inimigos e governar em nome de um bem comum.<sup>47</sup>

Na opinião de Boesche, Kautilya foi o principal conselheiro do soberano Chandragupta Maurya, o primeiro unificador do subcontinente indiano, depois

---

transcrição direta do ensino oral do Jina. As doutrinas jaina e budista assumiram-se como reação contra o ritualismo bramânico, e à atribuição de um significado religioso à organização da casta. O jainismo afirma a materialidade da alma e considera que tudo no universo é dotado de sensibilidade. Esta religião está assente na busca da libertação pela via da força (*nirjarâ*), ou seja, visa a eliminação do *karman*, (“uma subtil forma de matéria que vem (...) infiltrar-se na alma, nela suscitando conflito (...)”) já ingerido, e a criação de uma barreira (*samvara*) contra a entrada de novo *karman*. Cf. HULIN, Michel «O Jainismo (Jainismo)», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 413-414.

<sup>43</sup> Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>44</sup> Cf. BOESCHE, Roger, “Kautilya's "Arthasāstra" on War and Diplomacy in Ancient India”, *The Journal of Military History*, vol. 67, nº 1, 2003, (<http://www.jstor.org/stable/3093167>, consultado a 09/11/2012), p. 9.

<sup>45</sup> Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 12. Também na obra de Rhoads Murphey é atribuída a autoria de *Arthasastra* a Kautilya, o primeiro-ministro de Chandragupta. Chandragupta começou por controlar as planícies do Indo e do Ganges e o Noroeste, com a aquisição de províncias, que atualmente são parte integrante do Afeganistão. Controlou todo o Hindustão e a maior parte do Noroeste, com capital em Pataliputra, no Ganges. A Chandragupta sucedeu Bindusara, seu filho, (em c. 293-268 a.C.) que lançou uma campanha no Decão, para aumentar o controlo Maurya no Sul da península até Mysore. Após a morte do filho sucedeu o neto, Ashoka (c. 268-232 a.C.). Cf. THAPAR, Romila, *A History of India*, volume I, Londres, Penguin Books, 1999, pp. 70-71. Cf. MURPHEY, Rhoads, *A History of Asia*, 6ª ed., New Jersey, Pearson Prentice Hall, 2009, pp. 75-77. Cf. Roger Boesche, *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>46</sup> Cf. MURPHEY, Rhoads, *Op. Cit.*, p. 76.

<sup>47</sup> Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 10.

de derrotar os reis Nanda e ter travado o avanço dos sucessores de Alexandre Magno.<sup>48</sup>

Kautilya, que ficou também conhecido como Canakya e Vishnugupta, terá tido um papel nesta conjuntura, ou seja, terá ajudado a derrotar a dinastia Nanda, e a instalar Chandragupta Maurya como rei de Magadha no Norte da Índia.<sup>49</sup> Além de conselheiro do rei Chandragupta, que governou o Norte da Índia de c. 322 a 298 a.C., também aconselhou o rei Bindusara, filho e sucessor do fundador do império Maurya.<sup>50</sup>

Agora façamos um salto geográfico e temporal até à Florença do Movimento Renascentista.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> Kautilya é por vezes também chamado de Chanceler, algo similar a Bismarck. Cf. *Idem*, *Ibidem*, pp. 9-10.

Chandragupta Maurya terá começado por conquistar o reino de Nanda, em 321 a.C., situado em Magadha, no centro do vale do Ganges. Na campanha de 305 a 303 a.C., contra Seleuco Nicator, adquiriu as províncias do atual Afeganistão. Cf. THAPAR, Romila *Op. Cit.*, pp. 70-71. Alexandre Magno (nasceu a 356 a.C. e morreu a 323 a.C.) foi rei, faraó e imperador entre 336 e 323 a.C., depois de ter herdado de seu pai, Filipe II, o seu reino da Macedónia, com o seu exército e seus recursos. Depois de ter consolidado a sua autoridade, após o assassinato de seu pai, iniciou a campanha militar de conquista do império persa em 334 a.C. Em 327 a.C. atravessou o Hindu Kush, a passagem de Khyber e irrompeu pelo Noroeste do subcontinente indiano. Encontrou uma Índia com vários estados rivais, e acabou por derrotar alguns deles no vale do Indo e no Punjab. Depois de descer e o rio Indo e alcançar o seu delta, no verão de 325 a.C., retorna a Babilónia pelo deserto de Gedrosia. Após a sua morte, a 10 de Junho de 323 a.C., na cidade da Babilónia, os seus generais iniciaram a disputa pela herança deixada por Alexandre, lançando o caos mundial. Os dois líderes inatos foram Perdicas na Ásia, que tinha consigo o filho de Alexandre Magno (nascido após a morte de seu pai), e Antípatro, (havia sido general de Filipe II) na Europa. A coroa da Macedónia passou para um meio-irmão de Alexandre e o filho deste. Os restantes generais tornaram-se senhores locais, com a seguinte distribuição: Ptolomeu no Egípto; Antígono na Frígia; Lisímaco na Trácia; e Seleuco Nicator na Babilónia. Contudo, esta divisão acabou por levar a uma série de disputas e conquistas de uns sobre outros. Cf. MURPHEY, Rhoads *Op. Cit.*, p. 74-75. Cf. BOSWORTH, A. B., *Conquest and Empire: The Reign of Alexander the Great*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, pp. 5-6, 35, 119-142. Cf. WOOD, Michael, *In the Footsteps of Alexander the Great*, London, BBC Worldwide Limited, 2001, pp. 36, 170-207, 239. Cf. LEVI, Peter, *Grécia: Berço do Ocidente*, s.l., Círculo de Leitores, («Coleção Grandes Culturas e Civilizações»), 1991, p. 181.

<sup>49</sup> Cf. THANAWALA, Kishor, “Kautilya's Arthashastra: a neglected work in the history of economic thought”, in *Ancient economic thought*, vol. I, Londres & Nova Iorque, B. B. Price, 1997, pp. 43-44.

<sup>50</sup> Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 12. Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>51</sup> O Renascimento, como “uma idade de ouro da cultura e criatividade”, é uma imagem de meados do século XIX, sobretudo graças a Jules Michelet (historiador francês) e a Jacob Burckhardt (académico suíço). Este último na obra, *Civilisation of the Renaissance in Italy*, definiu o período em dois conceitos: o individualismo e modernidade. Segundo Burke, Burckhardt apresentou uma descrição enganadora do Renascimento. Aceitou os juízos e autoimagens de académicos e artistas da época, mas que se revelaram enganadoras. O Movimento Renascentista é definido por Burke, que considera preferível atribuir a este período de 1300-1600, uma dimensão coletiva, e uma observação como um todo. Um dos traços característicos do movimento foi a tentativa de reavivar, de imitar a Antiguidade. Mas existiram outros traços característicos. Burke ainda refere que a metáfora do renascimento

Florença era uma cidade-Estado, isto é, um dos cinco principais centros do poder do território italiano, nos séculos XV e XVI.<sup>52</sup> Na segunda metade do século XV, Florença já era um centro artístico de primeira posição. Com famílias florentinas, poderosas e ricas, como os Médicis, os Strozzi e outros, a serem mecenas de intelectuais e artistas, que investiam em obras de arte e enchiam a cidade com palácios particulares.<sup>53</sup>

Na opinião de Gaille-Nikodimov, o pensamento de Maquiavel foi influenciado por este desenvolvimento artístico e humanista em Florença. Neste período, artistas, escritores e pensadores políticos, estabeleceram uma identidade e um projeto sobretudo cultural, o renascimento, visto como renovação e redescoberta da Antiguidade, que procuraram imitar, em várias áreas e por vários meios.<sup>54</sup> Enquanto os homens das letras redescobriam as obras antigas, dos gregos e romanos, também os pensadores políticos recorriam à antiga herança, e Maquiavel não foi exceção.<sup>55</sup> Maquiavel foi contemporâneo de Thomas More, de Lutero, Rabelais, mas também de Erasmo, Miguel Ângelo e Leonardo da Vinci.<sup>56</sup>

Neste ambiente decorreu a redação da obra *De Principatibus*, conhecido como *Il Príncipe (O Príncipe)*, em finais de 1513, por Maquiavel.

---

era usualmente aplicada, “não às artes mas à *bonae litterae*, as “boas letras” ou, por outras palavras, língua, literatura e instrução.” Deverá ser entendida a referência a Renascimento, ao longo do trabalho, segundo a perspectiva de Burke. Cf. BURKE, Peter, *O Renascimento*, Lisboa, Edições Texto & Grafia, 2008, pp. 9, 12, 17, 22-23.

<sup>52</sup> Os outros poderes eram: Veneza, ducado de Milão; Estados Pontifícios e o reino de Nápoles. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Maquiavel*, Lisboa, Edições 70, 2008, pp. 23.

<sup>53</sup> Existem outras famílias que contribuíram para o mecenato e/ou construção dos palácios. O caso dos Spinis, Tornabuonis, Rucellai, Portinaris e os Pittis. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 26-27.

<sup>54</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 27-28. A palavra humanismo tem diferentes significados. Começou por se usar na Alemanha, no início do século XIX, para denominar a tradicional educação clássica. A origem da palavra remonta ao século XV, em referência ao “professor universitário de “humanidades”, os *studia humanitatis*.” A expressão descrevia um programa académico composto por cinco disciplinas: Gramática, Retórica, Poesia, Ética e História. Os princípios básicos dos humanistas, explícitos no tratado do século XVI, do francês Charles de Bouelles, viam a humanidade perfectível, mas apenas os humanistas eram verdadeiramente humanos. Também consideravam a vida contemplativa ou o estudo, como superior à vida ativa, mas esta questão não gerou consenso. Um dos conceitos-chave dos humanistas era o da imitação. Porém, não seria tanto da natureza, mas dos grandes artistas e escritores. O objetivo era assimilar o modelo, apropriar-se dele, para o igualar ou ultrapassar. Cf. BURKE, Peter, *Op. Cit.*, p. 17, 25-27, 32-33.

<sup>55</sup> Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>56</sup> Erasmo (1469-1536); Miguel Ângelo (1475-1564) e Leonardo da Vinci (1452-1519). Cf. MOUNIN, Georges, *Maquiavel*, Porto, Edições 70, 1984, p. 9.

Segundo as conclusões de Federico Chabod, é possível que se tenha prolongado esta composição pelos inícios de 1514.<sup>57</sup>

A obra “insere-se na tradição literária da tratadística consagrada à formação do governante e à governação”.<sup>58</sup> São feitas considerações acerca dos vários tipos de Principado e das questões da governação, que culminam na descrição do perfil do homem de poder.<sup>59</sup>

Maquiavel dedicou a obra a Lourenço de Médicis, filho de Pedro de Médicis.<sup>60</sup> Segundo Mounin, Maquiavel esperava que a obra convencesse os Médicis da sua capacidade política e o retirassem do exílio a que o votaram. Perante esta realidade, houve quem visse nesta obra, como “«uma petição para obter um lugar»”.<sup>61</sup>

O texto da dedicatória a Lorenzo de Médicis, não o apresenta como exemplo, que inspirou o retrato do Príncipe descrito, subvertendo as normas padrão da época.<sup>62</sup> Maquiavel encaminhou a atenção de Lorenzo para o livro e para si mesmo, o autor, e para as condições em que se encontrava, pois desejava ser novamente integrado na administração governativa, mas não o levou a uma atitude subserviente. O que ofereceu, foram os seus conhecimentos adquiridos com a sua longa experiência.<sup>63</sup>

Na opinião de Marnoto, não se pode conceber a redação da obra e a dedicatória apenas em função do jogo de interesses, gerido pelo autor, Maquiavel, de maneira mais ou menos oportunista.<sup>64</sup>

---

<sup>57</sup> Existe uma carta de Maquiavel, o autor, ao amigo Francesco Vettori, a relatar a composição da obra. Federico Chabod é citado por Rita Marnoto, no capítulo citado. Cf. MARNOTO, Rita, «*Il Príncipe ou De Principatibus de Niccolò Machiavelli: O Príncipe novo que parece antigo*», in *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*, coord. A. Pérez Jiménez, José Ferreira & M. do Céu Fialho, Coimbra & Málaga, Imprensa da Universidade de Coimbra & Universidad de Málaga, 2004, p. 159.

<sup>58</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 165.

<sup>59</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 167.

<sup>60</sup> Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 9-10. Lourenço de Médicis obteve o poder das mãos de João de Médicis, o que foi eleito Papa Leão X. Depois confiou o governo de Florença a seu irmão, Juliano. Mas em 1513, por causa da pouca apetência do irmão para a governação, entregou o poder ao seu sobrinho, Lourenço de Médicis. O Papa diz-lhe que “a política dos Médicis é uma política de pessoas mais do que de instituições.” Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, pp. 118-119.

<sup>61</sup> Cf. MOUNIN, Georges, *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>62</sup> Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 169.

<sup>63</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 169-170.

<sup>64</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 168.

Para melhor se compreender as razões da obra e sua dedicatória, é essencial perceber o seu autor, cuja vida se funde a certa altura, com a República de Florença.

Nicolau Maquiavel era oriundo de uma família com passado político em Florença. Aquando do seu nascimento, em 1469, não pertencia a uma poderosa família da aristocracia.”<sup>65</sup>

Maquiavel cresceu no cenário das guerras de Itália, com incursão de Carlos VIII, visto mais como um libertador do que invasor, tendo por aliado o duque de Milão. Mas também assistiu ao êxito de Savonarola, que ocupou um lugar de destaque na República a partir de 1494.<sup>66</sup>

Em 1498 Maquiavel obteve um alto cargo, o de Secretário da Segunda Chancelaria florentina, e no mesmo ano Savonarola foi condenado à fogueira. Ao longo de 15 anos desdobrou-se em tarefas relacionadas com a orgânica burocrática da República, com a organização militar e diplomática, ou seja, teve também responsabilidades relacionadas com a Primeira Chancelaria e com o secretariado dos Dez. Fez várias deslocações a França, Alemanha, e liderou missões ao Papa e a Cesare Bórgia.<sup>67</sup> No ano de 1512, ocorreu o saque de Prato, que ditou o regresso dos Médicis ao governo, e foi o fim da sua carreira na

---

<sup>65</sup> Nasceu a 04 de Maio de 1469, em Florença. Seus pais eram Bernardo Machiavelli e Bartolomea d’Nelli. Os seus antepassados eram nobres gibelinos, aquando da sua chegada a Florença, vindos do castelo de Montespertoli, (situado no Val di Pesa). Tornaram-se guelfos e assimilaram ofícios urbanos. Vários membros da família exerceram cargos públicos. Seu pai foi jurista e recebeu o título de “«senhor»”. Os rendimentos da família eram obtidos maioritariamente da terra, e seu pai conseguiu aumentar o património. A sua educação foi média, com aprendizagem da gramática e das letras latinas, e também da matemática aplicada à contabilidade. Não ingressou na universidade, e também não recebeu lições privadas de filologia e filosofia, nem tão pouco aprendeu a ler grego, que esteve em voga até 1520. Foi a educação que os pais puderam oferecer. Na opinião de Gaille-Nikodimov, esta educação poderá explicar a reputação que tinha de homem pouco culto, junto de alguns seus contemporâneos. Casou em 1501 com Marietta Corsini, oriunda de uma família influente. Neste mesmo ano, de 1501, foi quando se terá encontrado pela primeira vez com Cesare Borgia. Acabou por morrer a 20 de Junho de 1527. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, pp. 19-20, 22, 29-30, 78, 182. Cf. MOUNIN, Georges, *Op. Cit.*, pp. 18-19.

<sup>66</sup> Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, pp. 48, 62. Gerolamo Savonarola foi um frade dominicano, que chegou a Florença em 1480. Criticou a corrupção dos costumes, e a atuação dos Médicis. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 160.

<sup>67</sup> De 1434 a 1494 Florença havia sido governada pelos Médicis, por um aparente regime representativo. Com a sua deposição, instaurou-se uma República, que refletia interesses cívicos mais amplos da classe média, nas palavras de Marnoto. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, pp. 161, 171. A administração central era a Primeira Chancelaria. A Segunda Chancelaria, no tempo de Maquiavel, tinha poderes delegados que se estendiam aos Ministérios da Guerra, do Interior e dos Negócios Estrangeiros. Segundo Mounin, o Secretário deve ser encarado como chefe de gabinete, como se fosse um diretor dos serviços. Cf. MOUNIN, Georges, *Op. Cit.*, p. 13. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, pp. 182-183.

chancelaria de Florença. No ano de 1513 foi quando se tornou um escritor político, estava ele desempregado e só, em San Casciano.<sup>68</sup>

Na óptica de Ricciardi, a obra de Maquiavel deve ser vista numa conjuntura em que “«se fundavam e se destruíam repúblicas e principados»», em que Maquiavel dizia estar “consciente de que «encontrar novos métodos e sistemas é tão perigoso quanto a descoberta de terras e mares desconhecidos»”.<sup>69</sup>

## ANÁLISE DE CADA OBRA

Neste segundo ponto, iremos refletir sobre as possíveis problemáticas associadas a cada obra, com uma anotação da estrutura de cada uma, e um estudo do ponto de vista temático, sem esquecer o modelo ideal que cada autor delineou para o governante.

Uma das questões que consideramos relevante mencionar, é sobre a tradução da obra *Arthashastra*. Para cumprimento do prazo estabelecido para a realização deste trabalho, recorreremos a uma obra traduzida para francês, e que nos foi emprestada. Esta tradução não partiu do original, mas de uma tradução existente em inglês.<sup>70</sup> Segundo Chaliand, um dos autores da tradução, chama a atenção para a questão da obra não estar traduzida na íntegra, ou seja, apenas foi traduzida a parte que considerou fundamental na área política.<sup>71</sup> Chaliand justifica esta escolha, por ver no *Arthashastra* o momento da nascença da política, tal como atribui a Sun Zi, (ou Sun Tzu) a responsabilidade pela emergência da estratégia.<sup>72</sup>

---

<sup>68</sup> Outras das obras que escreveu foram: *Dicursos Sobre a Primeira Década de Tito-Lívio; A Arte da Guerra; Memoriale a Raffaello Girolami* entre outras. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, pp. 91, 125, 186-188. Cf. MOUNIN, Georges, *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>69</sup> Cf. RICCIARDI, Maurizio, “A república antes do Estado: Nicolau Maquiavel no limiar do discurso político moderno”, in *O poder: história da filosofia política moderna*, org. Giuseppe Duso, Petrópolis, Editora Vozes, 2005, p. 37.

<sup>70</sup> A obra que procuramos, mas até ao momento ainda aguardamos resposta é a seguinte: Kautilya, *Arthashastra*, s.l., Penguin Classics, 2000. Esta obra é uma tradução de toda a obra para a língua inglesa. Cf. Kautilya, *The Arthashastra* 1st Edition Flipkart (<http://www.flipkart.com/kautilya-arthashastra-1st/p/itmcyrbdavduh69>, consultado a 23/10/2012); Cf. *Arthashastra* - Kautilya - Bertrand livreiros (<http://www.bertrand.pt/ficha/arthashastra?id=1556504>, consultado a 23/10/2012).

<sup>71</sup> Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>72</sup> Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 12. Deduzimos que a obra a que se referem, escrita por Sun Tzu é *A Arte da Guerra*.

Apesar de não termos a totalidade da obra, faremos uma análise na ótica política, económica e militar, com recurso a artigos complementares, sem esquecer de apresentar o modelo de rei, defendido por Kautilya.<sup>73</sup> Mas dada a dimensão da obra e do trabalho, apenas iremos mencionar alguns princípios das temáticas a analisar. Todavia, a análise destas temáticas também será aplicada à obra de Maquiavel, com exceção da economia.

Do ponto de vista formal, a peça *Arthasastra*, que no original foi escrita em sânscrito, é composta por quinze livros, e para cada livro há um tema intrínseco. Cada livro, por sua vez, encontra-se dividido em capítulos relativos ao tema tratado.<sup>74</sup>

Segundo Chaliand, *Arthasastra* é um testemunho do poder e da originalidade do pensamento político indiano. Um tratado sobre o Estado, o poder e o uso da força.<sup>75</sup> Na perspectiva do mesmo autor, o tratado de Kautilya pode ser visto como maquiavélico, ou seja, salvaguardando a questão do anacronismo, o discurso indiano pode ser apreciado como antecedente à reflexão de Maquiavel, em cerca de quinze séculos.<sup>76</sup> Também Max Weber reconheceu nesta obra o maquiavelismo, mas afirmou que este maquiavelismo era radical, no sentido popular da palavra, e quando comparado à obra *O Príncipe* de Maquiavel, este último era inofensivo.<sup>77</sup>

---

<sup>73</sup> A tradução francesa tem integralmente o livro VII, das relações interestaduais. Também tem partes de outros livros como: o livro X sobre a guerra; o livro XII acerca da conduta de um rei menor; e o livro XIII sobre a forma de apreender um forte, mas estes três têm alguns cortes. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 12-13, 109-115.

<sup>74</sup> O livro I é sobre o rei, os seus deveres e sua aprendizagem. A escolha dos ministros e as tarefas das reuniões do Conselho. O livro II é sobre o papel económico do Estado, as taxas e impostos. Sobre as minas, manufaturas, comércio e o papel dos administradores. O livro III é acerca das leis e regulamentos que dizem respeito à organização jurídica da sociedade. O livro IV refere-se às punições dos delitos e dos crimes. O livro V refere-se ao compromisso de acompanhar o Estado. O livro VI menciona os círculos dos reis, dos estados soberanos. O livro VII menciona as relações interestaduais. O livro VIII diz-nos o que fazer perante calamidades. O livro IX refere os preparativos nas hostilidades, e o livro X é sobre a guerra. O livro XI menciona as causas de dissensões. O livro XII refere a conduta de um rei menor. O livro XIII trata sobre a forma como apreender um forte. O livro XIV diz respeito às práticas secretas e o livro XV é sobre o conhecimento. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 12-13, 109-115. Cf. MODELSKI, George, "Kautilya: Foreign Policy and International System in the Ancient Hindu World", *The American Political Science Review*, vol. 58, nº 3, 1964, (<http://www.jstor.org/stable/1953131>, consultado a 11/11/2012), p. 549.

<sup>75</sup> Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>76</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 11.

<sup>77</sup> Max Weber é citado por Roger Boesche, o artigo mencionado. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 9.

A obra trata dos problemas e dos mecanismos de poder, das regras de comportamento do rei, visto como um conquistador, além de instituir a teoria.<sup>78</sup> Para Kautilya, o soberano deveria ser o conquistar do mundo, isto é, conquistar o que os indianos consideravam como as fronteiras naturais da Índia, desde os Himalaias até ao Sul, atingindo o oceano Índico, e do mar Arábico até à Baía do Bengala.<sup>79</sup> A conquista para Kautilya, não era injusta. Um rei que exercesse as suas funções, governasse de acordo com a lei, aplicasse justas punições, com uso de uma lei igual para amigos e inimigos, e protegesse os seus súbditos, podia conquistar toda a terra.<sup>80</sup>

Segundo Chaliand, as qualidades do rei conquistador foram descritas com precisão por Kautilya, na obra em estudo. Considerava que um monarca deveria ter eloquência, audácia, uma inteligência ousada e segura, ter autodomínio, sem vícios, e com capacidade de distribuir castigos e recompensas com equidade. Também deveria ter capacidade de julgar entre o que é melhor, a paz ou a guerra, de modo a perceber as debilidades do inimigo, entre outras características.<sup>81</sup>

Acreditamos que a conjuntura política que envolveu Chandragupta acabou por estimular este ideal de rei conquistador. Apesar de não termos conseguido apurar com mais exatidão a influência de Kautilya sobre Chandragupta, antes do início do ciclo de conquistas, mas não seria de todo impossível ver Kautilya como o mentor e o teórico desta nova dinastia, mesmo antes de se saber o que o futuro lhes reservava.

Além de conquistador, o *Arthasastra* estabeleceu os deveres do soberano para com os seus súbditos, que deveria envolver-se em diferentes tipos de atividades, não só na área da proteção ou defesa, mas também na esfera do bem-estar de seu povo. Mas a proteção do povo e propriedade, implicou a manutenção de uma força policial equipada e um exército.<sup>82</sup>

O próprio título da obra tem uma dimensão programática. Ao decompor a palavra *Arthasastra*, constata-se que *Artha* significa

---

<sup>78</sup> Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>79</sup> Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>80</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 16.

<sup>81</sup> Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>82</sup> Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 52. Para lá de proteger o reino, o rei ao socorrer-se da ciência de Kautilya poderia trazer para ele e para os seus súbditos, os três bens da vida: os prazeres, o ganho material e o bem espiritual. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 16.

prosperidade e a sua demanda, sobretudo material, tendo para o Estado o sentido da aquisição e conservação de riqueza e poder.<sup>83</sup>

Segundo Thanawala, a palavra *Artha*, no sânscrito, significa riqueza/prosperidade, e *Sastra* significa ciência.<sup>84</sup> O *Artha* ou prosperidade é um dos quatro objetivos do empenho humano, prescrito na tradição Hindu, juntamente com o *Dharma* (comportamento moral), *Kama* (prazeres mundanos) e *Moksha* (salvação).<sup>85</sup> Para Louis Dumont, *Artha* diz respeito à política.<sup>86</sup>

Na opinião de Thanawala, o conceito de *Arthasastra*, isto é, ciência da riqueza, era uma das quatro ciências sobre as quais assentava os negócios da governação, e estava intimamente relacionada com a ciência política.<sup>87</sup>

Boesche refere-se a *Arthasastra* como uma obra de ciência política, pois o intuito era de ensinar o rei sobre a forma de governar, com conselhos de variadíssima ordem.<sup>88</sup>

A obra de Kautilya pode ser vista em duas vertentes. Uma, sobre as políticas internas e a segunda, menos referida pelos estudiosos, relativa às questões da guerra e diplomacia.<sup>89</sup> Zimmer refere que a obra tem leis intemporais de política, economia, diplomacia e guerra.<sup>90</sup>

Na perspectiva de Boesche, Kautilya acreditava que a ciência tinha por objetivo o poder, e que era no poder que residia a força, nomeadamente, a força para mudar o espírito.<sup>91</sup>

Segundo Boesche, Kautilya via a sua obra como a maior arma que um rei podia ter, e a ciência política era mais importante que a riqueza, exércitos ou conquistas, porque era o instrumento para atingir estes.<sup>92</sup>

---

<sup>83</sup> Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>84</sup> Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>85</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 43.

<sup>86</sup> O autor é citado na nota de rodapé da obra *Arthasastra*. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>87</sup> Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>88</sup> Na opinião de Boesche, Kautilya propôs em termos de política interna um estado social, algo que foi chamado de monarquia socializada, pois defendia o bem comum com medidas duras. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, pp. 9-10.

<sup>89</sup> Kautilya escreveu sobre os reinos que seriam aliados e inimigos; a disponibilidade para fazer tratados, mesmo que os tivesse de quebrar; a doutrina de guerra silenciosa ou a guerra de assassinato; e a utilização de agentes secretos para matar líderes inimigos e semear a discórdia entre eles. Via a religião e superstição como meios para apoiar as suas tropas e desmoralizar os soldados inimigos. Também menciona o tratamento humano para com os soldados conquistados e súbditos. Há mais assuntos tratados por Kautilya. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 10.

<sup>90</sup> Citado por Boesche no artigo mencionado. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 15.

<sup>91</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 15.

No que diz respeito às questões económicas, o *Arthasastra* é útil do ponto de vista da história do pensamento económico.<sup>93</sup> Através deste tratado, temos uma ideia clara do sistema económico que prevalecia naqueles tempos.<sup>94</sup> Kautilya defendia a necessidade de riqueza para desenvolver mais prosperidade. Considerava que o governo/administração ou o soberano, deveriam ser forças ativas na gestão da economia, visto que, a fonte da riqueza material era a atividade económica.<sup>95</sup>

O próprio tesouro era importante para a administração da economia, por isso nos diz, que um rei com um tesouro diminuído devora os seus cidadãos e as pessoas do campo.<sup>96</sup> Na obra refere que o tesouro permite a existência de um exército, mas o exército estava arraigado no tesouro, e ambos deveriam estar nas mãos do rei.<sup>97</sup> Como refere Thanawala, a obra propõe um significativo grau de controlo sobre a economia por parte do Estado. Tal controlo só era possível graças a uma administração eficiente e bem definida, e Kautilya descreveu uma máquina administrativa elaborada.<sup>98</sup>

Entre as várias ações do monarca, Kautilya atribuiu-lhe o dever de regulamentar o trabalho dos vários agentes económicos, para proteção dos consumidores, visto como uma prioridade pelo conselheiro. Também redigiu regulamentos para gerir as atividades de vários grupos.<sup>99</sup> A economia descrita era dominada pelo Estado, e a atividade económica privada existente era residual, com exceção para a produção agrícola, mas ainda assim sujeita ao controlo da administração.<sup>100</sup>

---

<sup>92</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 16.

<sup>93</sup> Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 44.

<sup>94</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 45.

<sup>95</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 46.

<sup>96</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 47.

<sup>97</sup> Sendo o tesouro e o exército, respetivamente, meios para alcançar o sucesso dos empreendimentos e para os actos de piedade e prazer, ou para a aquisição e proteção de tesouros. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 47.

<sup>98</sup> Também é defendido que as receitas do tesouro deveriam proceder de variadas fontes, (impostos, portagens, rendas de propriedades do Estado) e deveriam ser geridas devidamente. Referiu mais de trinta diferentes departamentos cimeiros, com a descrição dos deveres de cada um. Alguns dos títulos oficiais eram: Superintendente do Tesouro; Mestre da Casa da Moeda; Diretor do Comércio; Superintendente das Medidas; Comissário Têxtil. Até os salários dos funcionários do Estado são discutidos no *Arthasastra*, referindo os princípios necessários para determinar os salários dos vários funcionários do Estado. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 48-50.

<sup>99</sup> Eram os artesãos, atores, médicos, tecelões, trabalhadores do metal e lavadeiros. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 53.

<sup>100</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 56.

Na opinião de Thanawala, a visão que o *Arthasastra* expõe é a de um país predominantemente rural, de um Estado centralizado e burocrático, embora houvesse uma grande autonomia local, com uma população baseada numa estrutura composta por quatro *varnas*, e cada uma delas era responsável, quase em exclusivo, por certas funções económicas, políticas e sociais.<sup>101</sup>

Segundo Chaliand, a política externa de Kautilya estava definida em seis caminhos: o da paz e da guerra, com alianças com os aliados e o recurso à guerra, respetivamente; o de manter-se em silêncio, à espera das condições favoráveis; o de colocar-se em ação, para aumentar o seu poder; o de refugiar-se, mesmo com submissão a outro, provisoriamente; e o duplo jogo, de preparar a guerra, mesmo que alegue desejar a paz.<sup>102</sup>

Sobre a política externa e a guerra, Boesche defende que Kautilya pressuponha duas certezas sobre os países vizinhos, que todos pretendiam maximizar o seu poder e os seus próprios interesses.<sup>103</sup>

Kautilya defendia que as alianças com os aliados deveriam durar, enquanto os interesses próprios estivessem assegurados. Não acreditava no altruísmo dos países, mas que estes atuariam para defender os seus próprios interesses, no domínio político, económico e militar.<sup>104</sup> Kautilya sustentava que um país não deveria fiar-se na bondade do seu vizinho, mas adotar o pior cenário, caso contrário, estaria a trair o seu próprio povo e a condená-lo à destruição.<sup>105</sup>

---

<sup>101</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 56. O Estado descrito por Kautilya é o de uma monarquia legítima, em que o monarca concentra em si todos os poderes, com o *Arthasastra* com preceitos que visam o bem do reino, e tendem à conquista e à consolidação. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 13. A palavra, *varna*, significa cor ou casta. Este sistema de *varnas*, também é conhecido como sistema de castas. Cada *varna* tem ocupações que lhe estão associadas. A um *brahman* está associado a classe “sacerdotal”. Um *kshatriya* está associado aos guerreiros e à classe dirigente. Um *vaishya* designa alguém proprietário de terras ou de rebanhos, ou até mesmo os mercadores. Um *shudra* está ligado ao trabalho como servidor, operário assalariado. Cada *varna* estava dividida em pequenas unidades, as chamadas *jati* ou castas, para designar o grupo ocupacional a que pertencia cada indivíduo, desde o nascimento, e que em teoria era inalterável. Os casamentos mistos e as refeições conjuntas eram determinados pelas *jati* de cada *varna*. Cf. STEIN, Burton, *A History of India*, 2ª ed., West Sussex, Wiley-Blackwell Publishers, 2010, pp. 51-52, 425-429.

<sup>102</sup> Os seis caminhos da política externa encontram-se descritos por Kautilya, das pp. 30-79. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, pp. 13-14, 16, 21-24.

<sup>103</sup> Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>104</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 17-18.

<sup>105</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 18.

Boesche chama a atenção para a teoria delineada por Kautilya, que ficou conhecida como teoria de Mandala na política externa, a maior contribuição da Índia antiga, para a teoria política. Nesta teoria, os vizinhos mais próximos são considerados inimigos naturais, mas um país do outro lado deste país vizinho inimigo, era visto como aliado. A ideia de que o inimigo do meu inimigo é meu amigo.<sup>106</sup>

Há um campo relevante para Kautilya e indissociável do rei conquistador, a guerra.

Na opinião de Boesche, Kautilya considerava a guerra como uma ciência, provavelmente como parte da ciência política, ao ponto de escrever no *Arthasastra* um livro dedicado à guerra.<sup>107</sup>

Um dos princípios defendidos por Kautilya era sobre a preparação do comandante do exército, que deveria estar treinado em todas as formas de luta e armas, e ser afamado por montar elefantes, cavalos e dominar carros de guerra.<sup>108</sup>

Kautilya aconselhava o rei a não deixar os assuntos da guerra inteiramente entregues a outros, deveria acompanhar constantemente esta matéria e vistoriar as suas artes.<sup>109</sup> Era adepto da guerra aberta, considerando-a a mais justa, porém estava disposto a usar qualquer ou todos os tipos de guerra, como a guerra silenciosa, para alcançar a consolidação e expansão do reino.<sup>110</sup> Na opinião de Boesche a questão da moralidade não se colocava, mas sim uma questão de estratégia, que visava o bem comum de um reino.<sup>111</sup>

Boesche, nas questões da guerra, referiu que Kautilya e Sun Tzu não se interessavam pela glória e fama. O que pretendiam era ganhar a qualquer

---

<sup>106</sup> Tem um esquema delineado, o círculo dos reis, representado por Bernard Mangin. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 16. Cita Singh sobre o contributo da teoria de Mandala para a teoria política. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, pp. 18-19.

<sup>107</sup> Ver o livro X, das pp. 81-94. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 13. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>108</sup> Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>109</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 22.

<sup>110</sup> A guerra silenciosa é face a um outro reino, e o rei e seus ministros devem actuar, publicamente, como se estivessem em paz para com esse reino. Contudo, agentes secretos e espões actuam nesse reino, matando os líderes, promovendo a divisão e a espalhar a desinformação. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 22-23.

<sup>111</sup> Kautilya também advogou o uso das mulheres como arma de guerra, pois via-as como fonte de prazer, que podia ser viciante, e usá-las contra o inimigo para minar um governo oligárquico. Também defendia o uso de outras armas, como a desinformação. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 23-24, 33-34.

custo, mas com o mínimo de baixas possível, em ambos os lados do conflito.<sup>112</sup> Porém, a comparação de Kautilya a outros, não se ficou por aqui, também comparou com as ideias de Maquiavel, nomeadamente com a sua obra, *A Arte da Guerra*. Boesche considera que Maquiavel nada inovou, porque via os romanos e os gregos como os que tudo sabiam.<sup>113</sup>

Passemos agora à análise da obra de Nicolau Maquiavel.

Na sua estrutura formal, *O Príncipe* é composto por 26 capítulos, escritos em prosa.<sup>114</sup> Uma obra de dimensão mais reduzida, do que a anterior, o que irá implicar um menor número de assuntos abordados.

Do ponto de vista temático e na perspectiva de Marnoto, a obra divide-se em duas partes. Na primeira parte, o primeiro capítulo começa logo por explicar a lógica da orgânica analítica, que ao longo da obra é aprofundada.<sup>115</sup> Na conjuntura da época, tinham sido recentemente adquiridos Principados, e havia dificuldades para os dominar. Neste sentido foram analisadas questões sobre a política externa, sobre a relação entre *fortuna* e *virtù* e também sobre a organização militar. As considerações que tece são ilustradas com exemplos de personagens, tais como: Moisés, Alexandre Magno, Rómulo e o rei de França.<sup>116</sup> Esta metodologia, não foi de todo seguida por Kautilya.

Existe ainda uma reflexão sobre a importância das capacidades do Príncipe, dando como exemplo a figura de Cesare Bórgia.<sup>117</sup> Sobre Cesare Bórgia, Gaille-Nikodimov diz-nos que as suas acções acabaram por ser a fonte de inspiração para *O Príncipe*, ao ponto de as apresentar na obra como casos de

---

<sup>112</sup> Boesche citou uma ideia de Sun Tzu, que mostra a vontade de vencer com o mínimo de mortes. Sun Tzu considerava que o auge da perícia não estava na obtenção de cem vitórias em cem batalhas, mas em subjugar o inimigo sem lutar. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 37.

<sup>113</sup> Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, pp. 36-37.

<sup>114</sup> Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 166.

<sup>115</sup> Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, p. 11. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 166.

<sup>116</sup> Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 24-28. Ao recorrer ao exemplo, seguiu a metodologia humanista, considerado o de mais alto valor, que obrigava ao conhecimento da história destes homens. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, pp. 166, 176.

<sup>117</sup> Cesare Bórgia era filho de Vanozza Cattanei e Rodrigo Bórgia, que se tornou o papa Alexandre VI, a partir de 1492. Também era chamado Valentino, por ser duque de Valentino. Segundo Marnoto, a fortuna e o apoio das armas do pai permitiram-lhe adquirir os territórios da Romagna. Foi considerado por Maquiavel um bom governante, quer pela forma como lidou com o povo e com os inimigos, mas também pela forma como soube organizar as milícias e por ter consolidado o seu poder. Para Maquiavel o erro de Cesare Borgia foi o de não ter impedido a eleição do papa Júlio II, após a morte de seu pai. Cf. Rita Marnoto, *Op. Cit.*, p. 166. Encontra-se no capítulo 7, a reflexão das capacidades do Príncipe. Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 34-43. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, p. 77.

estudo político, e descreve a figura como o único homem com capacidade para libertar a Itália dos bárbaros.<sup>118</sup> Na ótica de Strauss, a utilização deste exemplo suscita um problema. Maquiavel ao dar as acções de Cesare Bórgia como arquétipo a Lourenço de Médicis, e se este seguisse o exemplo, estaria a admitir a sua inferioridade perante Cesare Bórgia.<sup>119</sup> No *Arthasastra* não existe a definição de um exemplo concreto a ser seguido.

Na segunda parte, que se inicia no capítulo 12, juntamente com os dois seguintes, referem-se à organização interna do Principado. Também é dada atenção às milícias, em que as mercenárias e as auxiliares eram consideradas inúteis, e por vezes perigosas, “por serem indisciplinadas e infiéis”.<sup>120</sup> Refere o tipo de tropas, e caracteriza cada uma delas. Sendo o príncipe o seu capitão, similar ao pensamento de Kautilya, mas sem referir a necessidade de saber das artes de combate.<sup>121</sup> Na paz, o príncipe deve exercitar-se ainda mais no exercício da guerra, para estar preparado aquando das mudanças da fortuna.<sup>122</sup>

A partir do capítulo 15 é desenvolvida a caracterização do Príncipe.<sup>123</sup>

Na obra, reformula a relação entre política e moral, propondo a necessidade de simular e de dissimular. Da distinção do bem e mal ser relativizada, ao referir-se à conquista e manutenção do poder, mantendo a distinção no campo moral.<sup>124</sup> Também Kautilya advoga a ausência da questão moral, quando o assunto é a guerra, pois o objetivo é vencer com o mínimo de baixas.

Outra das questões que surgem é a *fortuna* e a *virtù*. Maquiavel poderá ter criado uma nova ética, em que a *virtù* é vista como a “«qualidade do homem que o capacita a realizar grandes obras e feitos», o «poder humano de efectuar mudanças e controlar eventos», o «pré-requisito da liderança», é a motivação interior”, induz os homens a enfrentar a *fortuna*, o acaso. Será

---

<sup>118</sup> Entenda-se a Itália com os vários poderes já mencionados, e não como a República dos dias de hoje. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, p. 80.

<sup>119</sup> Cf. STRAUSS, Leo, “Machiavelli’s Intention: The Prince”, *The American Political Science Review*, vol. 51, nº 1, 1957, ([www.jstor.org/stable/1951768](http://www.jstor.org/stable/1951768), consultado a 09/11/2012), p. 28.

<sup>120</sup> Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 60-74. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, pp. 166-167.

<sup>121</sup> As tropas podiam ser mercenárias, auxiliares ou mistas. Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 60-71.

<sup>122</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 72-74.

<sup>123</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 74-126. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 167.

<sup>124</sup> Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, p. 126.

entre estes dois polos que se desenvolve a ação política.<sup>125</sup> Kautilya também defende a necessidade do monarca ter a capacidade de realizar mudanças.

Contudo, foi o seu retrato do Príncipe que suscitou a maior reação. Parte do princípio que os homens não são bons, pois valorizam os seus interesses pessoais em demasia. Também refere que um Príncipe deve evitar os vícios prejudiciais ao governo, mas não se deve preocupar com os que podem ser uma mais-valia na administração do Estado. Deve ter prudência na distribuição de benesses e na cobrança de impostos. Deve ser temido e amado, não sendo possível ambas, aconselha que seja temido.<sup>126</sup>

Outro dos elementos do Príncipe é a capacidade de saber usar a força do leão e a astúcia da raposa, sabendo ser fingidor e dissimulador. Na ótica de Marnoto, alegava a coexistência de uma vertente energética e outra prudente e controlada.<sup>127</sup> Para Maquiavel, o Príncipe deve antes de mais, aparentar ter as qualidades, do que tê-las efetivamente. Piedade, fidelidade, humanidade, integridade e religiosidade, não devem ser seguidos pelo Príncipe em determinadas circunstâncias. Mas o Príncipe deverá saber adaptar-se às variações da fortuna.<sup>128</sup> Defende que o Príncipe tudo deverá fazer para vencer e manter o Estado.<sup>129</sup> Tal como em *Arthasastra*, também Kautilya evoca o recurso a todos os meios para a aquisição de território. Para Maquiavel, um dos mais importantes assuntos de um Príncipe, era de tornar satisfeito o seu povo, e de não ostracizar os grandes. Eram os objectivos dos estados organizados e dos príncipes sábios.<sup>130</sup>

Santos refere o pressuposto da emergência política do povo, que é fundamentada pela ideia de que só o povo “pode julgar verdadeiramente a ação do *Príncipe* e, por isso, ele legitima, mais do que se poderia supor”. A ideia de que o povo é que estaria no centro do discurso, mas a natureza dos povos só pode ser conhecida pelos príncipes. Desta forma, Príncipe e Povo são

---

<sup>125</sup> Cf. MOREIRA, Marcilio *et. al.*, *Maquiavel: Vida e Pensamentos*, São Paulo, Editora Martin Claret, 1997, pp. 35-36.

<sup>126</sup> Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 74-83. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 173.

<sup>127</sup> Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 84-85. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 174.

<sup>128</sup> Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 85-86. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 174.

<sup>129</sup> Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>130</sup> Cf. MOUNIN, Georges, *Op. Cit.*, p. 67.

os dois elementos constantes do sistema. Este princípio pode legitimar a monarquia absoluta.<sup>131</sup>

## A ACEITAÇÃO DAS OBRAS EM CADA ÉPOCA E SUAS IMPLICAÇÕES

Na opinião de Chaliand, a obra *Arthasastra* contribuiu para estabelecer os fundamentos da ciência política.<sup>132</sup> Esta obra é um dos exemplos mais antigos do que veio a tornar-se um género, um livro de mão para dirigentes com conselhos sobre como apoderar-se, manter e manipular o poder, tendo no Ocidente, como exemplo mais famoso, *O Príncipe* de Maquiavel, escrito no século XVI.<sup>133</sup> Contudo, nas proximidades da Índia, o contágio foi mais precoce. Murphey menciona um texto similar na China, denominado *The Book of Lord Shang*, e quase cem anos depois as doutrinas de Li Si, o primeiro-ministro do primeiro imperador unificador da China, Qin Shi, que tomou o título de imperador (Huang Di), quando os estados em guerra foram fundidos num império, pela via da conquista, dando origem à dinastia Qin entre 221 e 202 a.C.<sup>134</sup> Durante o domínio de Qin Shi, o seu primeiro-ministro, Li Si, cuja

---

<sup>131</sup> Cf. SANTOS, João de Almeida, «Viagem pelas releituras de Maquiavel», in *Maquiavel e o maquiavelismo*, org. António Bento, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 143-144.

<sup>132</sup> Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>133</sup> Cf. MURPHEY, Rhoads, *Op. Cit.*, pp. 75-76. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 159.

<sup>134</sup> Cf. MURPHEY, Rhoads, *Op. Cit.*, pp. 76, 91, 98. *The Book of Lord Shang* foi redigido por Lord Shang, conhecido também como Gongsun Yang ou Shang Yang, que faleceu a 338 a.C., oriundo do estado de Wei, vizinho de Qin. Foi primeiro-ministro do estado de Qin em meados do século IV a.C., numa altura em que Qin era simplesmente um dos estados resultantes da fragmentação do reino de Zhou. (A dinastia dos Zhou iniciou-se em 1050 a.C., colocando um ponto final à dinastia Shang, com uma revolta de escravos, e adquiriram a maior parte da cultura e tecnologia dos seus predecessores, dando continuidade à evolução tecnológica e cultural já iniciada. Esta dinastia viu o seu fim a 256 a.C.) Lord Shang terá iniciado as suas reformas em Qin, em 359 a.C., sobre leis já existentes, contribuindo para o seu fortalecimento. Lord Shang elaborou e promulgou leis que prescreviam recompensas e punições para comportamentos desejáveis ou não. As suas reformas distinguem-se pelo rigor, pois os seus objectivos eram garantir a disciplina, um eficiente uso dos recursos e de concentração da energia da população em duas tarefas, na agricultura e na guerra. Cf. Selection from *The Book of Lord Shang* - Asia for Educators ([http://afe.easia.columbia.edu/ps/cup/book\\_of\\_lord\\_shang.pdf](http://afe.easia.columbia.edu/ps/cup/book_of_lord_shang.pdf), consultado a 10/02/2013). Qin Shi Huang Di partiu do estado de Qin, um dos estados mais pobres e pequenos sob a dependência da dinastia Zhou. Com o decorrer do tempo, os generais e dirigentes tornaram-se mestres em estratégia e táticas, e usaram a diplomacia, propaganda, traição, espionagem e guerra psicológica com destreza. Este processo ajudou à ascensão do poder de Qin, e ao desenvolvimento de uma série de campanhas vitoriosas durante os anos de 230 e 220 a.C., que culminaram na derrota final dos outros estados em 221 a.C., tornando o Norte da China e o vale de Yangzi unidos politicamente pela primeira vez, sob as ordens de um governante de

carreira considera-se similar à de Kautilya, (o primeiro-ministro do fundador da dinastia Maurya da Índia) terá fundado uma nova escola filosófica chamada Legalismo. A intenção terá sido a de incorporar nas políticas de Qin Shi, o sentido de controlo estatal firme sobre tudo.<sup>135</sup>

Alguns acreditam que as medidas extremas defendidas por Kautilya, algumas das quais aplicadas por Chandragupta, foram necessárias para trazer ordem e um Estado de direito sobre o caos, permitindo desta forma a emergência de Ashoka, seu neto, visto como um dos melhores reis da história mundial.<sup>136</sup>

Segundo Rao, as inovações defendidas no *Arthasastra* e aplicadas, bem como a administração de Chandragupta, estimularam a progressiva secularização da sociedade, permitindo uma preparação do país para receber a transformação moral introduzida por Ashoka e a sua administração.<sup>137</sup> Também na política externa os princípios de Kautilya foram perfeccionados, mas fora do contexto geográfico e temporal. Boesche aponta-nos o século XX e a doutrina do equilíbrio das forças, em que era defendida, que as nações igualmente armadas, à partida, impediam a guerra. Kautilya já defendia esta ideia, mas referia-se aos ganhos, caso estes fossem iguais entre dois aliados com força semelhante, deveria haver paz, mas caso fosse desigual, deveria haver guerra.<sup>138</sup>

Sobre o impacto dos ensinamentos de Maquiavel, diz-se que foram seguidos por Catarina de Médicis, (1519-1589) rainha de França. Para manter a soberania para os filhos, jogou os católicos contra os protestantes.<sup>139</sup> No entanto, o legado de Maquiavel não foi percebido pelos seus críticos. No século XVIII, Frederico II da Prússia escreveu uma obra de crítica profunda à obra, *O*

---

Qin, que se tornou imperador. As conquistas após 221 a.C., iniciaram a aquisição e anexação do Sul. Cf. MURPHEY, Rhoads, *Op. Cit.*, pp. 91, 93, 97-98, 100.

<sup>135</sup> O controlo aumentou com a expansão de um estado burocrático, com uma rígida supervisão de toda a educação. Tal como ocorreu na Índia Maurya, assistiu-se ao desenvolvimento de um sistema policial e de um sistema secreto para pôr a descoberto os dissidentes e puni-los, defendido por Kautilya. Cf. MURPHEY, Rhoads, *Op. Cit.*, p. 100.

<sup>136</sup> Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 12. Na opinião de Thanawala, muitas autoridades defendem que foi graças sobretudo a Kautilya que o império Maurya sob liderança de Chandragupta e Ashoka se tornou num modelo de governo eficiente. Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 44.

<sup>137</sup> Citado por Boesche no artigo mencionado. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, pp. 12-13.

<sup>138</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 19-20. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 37.

<sup>139</sup> Catarina de Médicis era filha de Lourenço de Médicis, a quem foi dedicada a obra. Cf. MOREIRA, Marcilio *et. al.*, *Op. Cit.*, p. 12.

*Príncipe*, após as reflexões que usufruiu com Voltaire, seu amigo. Nesta obra, composta igualmente por 26 capítulos, pretende restabelecer o primado da justiça e da razão, contra a “ «política com a intenção de destruir os princípios de uma sã moral» ”.<sup>140</sup>

Segundo Sobek, o contributo da obra, *O Príncipe*, refletiu-se na teoria política, apesar de não ter sido uma preocupação de Maquiavel. Defendeu que o príncipe devia deixar de lado todas as considerações morais, e lutar para manter o controlo do governo. Nesta ideia, está subjacente a luta entre elites para controlo do governo, e por isso das políticas públicas, à semelhança do que ocorre nos dias de hoje.<sup>141</sup>

## CONCLUSÃO

Ambas as obras desenvolveram-se numa conjuntura cultural e filosófica intensa, e com conjunturas políticas de mudança. Na Índia ocorreu a conquista, e em Florença mudanças na governação. Os seus autores estiveram diretamente envolvidos nas matérias da administração, sendo que, Maquiavel, usou a sua experiência.

Segundo Spengler, o principal objetivo de Kautilya, ao escrever o *Arthasastra* era instruir o rei nos assuntos sobre a expansão e preservação do seu domínio, por vários meios, quer políticos ou económicos, para esse fim.<sup>142</sup> Também Maquiavel usou a obra, para habilitar o Príncipe na arte da conquista e administração dos seus domínios.

Na perspectiva de Boesche, o *Arthasastra* de Kautilya é uma obra de realismo político, e o primeiro tratado escrito sobre política. Uma obra que revela ao soberano, como por vezes, as medidas a tomar, podem ser calculistas e brutais para preservar o reino e o bem geral.<sup>143</sup> Também Maquiavel exorta o Príncipe a socorrer-se dos meios necessários para manter o seu Estado.

---

<sup>140</sup> A obra redigida por Frederico II denomina-se, *Antimachiavel ou examen du Prince de Machiavel*. Cf. SANTOS, João de Almeida, *Op. Cit.*, p. 149.

<sup>141</sup> Cf. SOBEK, David, “Machiavelli’s Legacy: Domestic Politics and International Conflict”, *International Studies Quarterly*, vol. 49, nº 2, 2005, ([www.jstor.org/stable/3693511](http://www.jstor.org/stable/3693511), consultado a 09/11/2012), pp. 182, 184.

<sup>142</sup> Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>143</sup> Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 14.

O soberano de Kautilya, um conquistador, devia apresentar várias qualidades, e nenhuns vícios para exercer as suas funções de proteção ao seu povo, e de zelo pelo seu bem-estar. Também na obra, *O Príncipe*, o seu papel é de salvaguardar a felicidade do seu povo e de não ostracizar os grandes.

O modelo de Príncipe descrito por Maquiavel vai além dos códigos da ética humanista, sem pretensões para alcançar um modelo perfeito.<sup>144</sup> Maquiavel não coloca de lado a existência de vícios no Príncipe, mas estes devem ser usados para benefício do Estado, além de aparentar ter certas qualidades.

As duas obras tiveram repercussões, tanto no seu tempo, como nos dias de hoje. Contudo, a obra de Maquiavel, não foi desde logo compreendida, ao contrário do *Arthasastra*.

---

<sup>144</sup> Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 175.

## FONTES IMPRESSAS

KAUTILYA, *Arthasastra*, tradução de Gérard Chaliand & François Richard, Paris, Éditions du Félin, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, 8ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1997.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter, *O Renascimento*, Lisboa, Edições Texto & Grafia, 2008. ISBN 9789899568914

HULIN, Michel & Lakshmi Kapani, «O Hinduísmo», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 339-412. ISBN 9789722322416

HULIN, Michel, «O Jinsimo (Jainismo)», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 413-417. ISBN 9789722322416

LEVI, Peter, *Grécia: Berço do Ocidente*, s.l., Círculo de Leitores, («Coleção Grandes Culturas e Civilizações»), 1991. ISBN 972-42-0321-2

MURPHEY, Rhoads, *A History of Asia*, 6ª ed., New Jersey, Pearson Prentice Hall, 2009. ISBN 9780205649167

ROBERT, Jean-Noël, «O Budismo: História e Fundamentos», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 429-442. ISBN 9789722322416

STEIN, Burton, *A History of India*, 2ª ed., West Sussex, Wiley-Blackwell Publishers, 2010. ISBN 978-1-4051-9509-6

THAPAR, Romila, *A History of India*, volume I, Londres, Penguin Books, 1999. ISBN 978-0-14-194976-5

BOESCHE, Roger, “Kautilya's "Arthaśāstra" on War and Diplomacy in Ancient India”, *The Journal of Military History*, vol. 67, nº 1, 2003, (<http://www.jstor.org/stable/3093167>, consultado a 09/11/2012), pp. 9-37.

BOSWORTH, A. B., *Conquest and Empire: The Reign of Alexander the Great*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001. ISBN 0-521-40679

GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Maquiavel*, Lisboa, Edições 70, 2008. ISBN 9789724414591

MARNOTO, Rita, «*Il Principe* ou *De Principatibus* de Niccolò Machiavelli: O Príncipe novo que parece antigo», in *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*, coord. A. Pérez Jiménez, José Ferreira & M. do Céu Fialho, Coimbra & Málaga, Imprensa da Universidade de Coimbra & Universidad de Málaga, 2004, pp. 159-180. ISBN 972-8704-25-9 (Portugal) 84-608-0166-7 (Espanha)

MODELSKI, George, “Kautilya: Foreign Policy and International System in the Ancient Hindu World”, *The American Political Science Review*, vol. 58, nº 3, 1964, (<http://www.jstor.org/stable/1953131>, consultado a 11/11/2012), pp. 549-560.

MOREIRA, Marcilio *et. al.*, *Maquiavel: Vida e Pensamentos*, São Paulo, Editora Martin Claret, 1997. ISBN 8572320970

MOUNIN, Georges, *Maquiavel*, Porto, Edições 70, 1984. ISBN 9724404587, 9789724404585

RICCIARDI, Maurizio, “A república antes do Estado: Nicolau Maquiavel no limiar do discurso político moderno”, in *O poder: história da filosofia política moderna*, org. Giuseppe Duso, Petrópolis, Editora Vozes, 2005, pp. 37-51. ISBN 853263103

SANTOS, João de Almeida, «Viagem pelas releituras de Maquiavel», in *Maquiavel e o maquiavelismo*, org. António Bento, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 137-171. ISBN 978-972-40-4737-9

SOBEK, David, “Machiavelli’s Legacy: Domestic Politics and International Conflict”, *International Studies Quarterly*, vol. 49, nº 2, 2005, ([www.jstor.org/stable/3693511](http://www.jstor.org/stable/3693511), consultado a 09/11/2012), pp. 179-204.

STRAUSS, Leo, “Machiavelli’s Intention: The Prince”, *The American Political Science Review*, vol. 51, nº 1, 1957, ([www.jstor.org/stable/1951768](http://www.jstor.org/stable/1951768), consultado a 09/11/2012), pp. 13-40.

THANAWALA, Kishor, “Kautilya's Arthashastra: a neglected work in the history of economic thought”, in *Ancient economic thought*, vol. I, Londres & Nova Iorque, B. B. Price, 1997, pp. 43-58. ISBN 0415149304

WOOD, Michael, *In the Footsteps of Alexander the Great*, London, BBC Worldwide Limited, 2001. ISBN 0-563-53783-3

*Arthashastra* - Kautilya - Bertrand livreiros, <http://www.bertrand.pt/ficha/arthashastra?id=1556504>, consultado a 23/10/2012.

Kautilya, *The Arthashastra* 1st Edition Flipkart, <http://www.flipkart.com/kautilya-arthashastra-1st/p/itmcyzrbdavduh69>, consultado a 23/10/2012.

Selection from *The Book of Lord Shang* - Asia for Educators, [http://afe.easia.columbia.edu/ps/cup/book\\_of\\_lord\\_shang.pdf](http://afe.easia.columbia.edu/ps/cup/book_of_lord_shang.pdf), consultado a 10/02/2013.

